

## Histórias (d)e resistências feministas na Paraíba: a ONG Cunhã Coletivo Feminista em perspectiva

*Stories of (and) feminist resistance in Paraíba: the NGO Cunhã Coletivo Feminista in perspective*

Dayane Nascimento Sobreira

 <http://orcid.org/0000-0002-5351-692X>

Universidade Federal da Bahia

**Resumo:** O estado da Paraíba apresenta uma longa trajetória no que tange às lutas de mulheres, estas que durante muitos verões estiveram ausentes da escrita da história. O presente artigo tem por objetivo elucidar a trajetória da ONG Cunhã Coletivo Feminista, destacando seu protagonismo na luta por direitos e pela igualdade de gênero no estado. Fundada em 1990, nasceu como desdobramento de grupos feministas anteriores e apresenta uma destacada atuação com mulheres urbanas e rurais do litoral, agreste e cariri paraibano. Através da metodologia da história oral, costuramos histórias de vida de suas integrantes numa relação próxima entre uma história que se fez e que está sendo feita, e a memória. Também utilizamos textos, projetos, relatórios e fôlderes, materiais essenciais ao nosso fiar. Veremos a elaboração de novas práticas de subjetivação e a consolidação de um feminismo institucionalizado que foi formador para outros grupos e movimentos, essencial na formação de redes, na consolidação de articulações e no diálogo com o feminismo regional e nacional. Dessa forma, esperamos contribuir com a história e memória do Coletivo entre as décadas de 1990 e começo dos anos 2000, ao mesmo tempo em que trazemos à luz as histórias de vida de suas integrantes e que traçamos uma história do protagonismo feminino, das resistências e do movimento feminista na Paraíba.

**Palavras-chave:** Cunhã Coletivo Feminista. Movimento Feminista na Paraíba. Resistências.

**Abstract:** The state of Paraíba has a long trajectory when it comes to the struggle of women, who, for a long time, have been absent from history. This paper aims to clarify the trajectory of the NGO Cunhã Coletivo Feminista, highlighting their protagonism in the fight for rights and for gender equality in the state. Founded in 1990, the NGO was born as a development of previous feminist groups and has outstanding action with urban and rural women from Paraíba's coastal, Agreste and Cariri areas. Using oral history methodology, we connected the life histories of the NGO members, in a close relationship between a history that was made and that is being made, and memory. We also utilized texts, projects, reports and guidebooks, materials essential to those histories. We will observe the creation of new subjectivation practices and the consolidation of an institutionalized feminism that originated other groups and movements and was essential to network building, the consolidation of connections and the dialogue with regional and national feminism. Thus, we hope to contribute to the history and memory of the NGO between the 1990s and the early 2000s at the same time that we bring forth the members' life histories and trace a history of the feminine protagonism, the resistances and the feminist movement in Paraíba.

**Keywords:** Cunhã Coletivo Feminista. Feminist Movement in Paraíba. Resistances.

### Pra começar

O Nordeste brasileiro, e em especial a Paraíba, onde o machismo se revela em altos índices de violência contra as mulheres e em padrões culturais misóginos<sup>1</sup>, apresenta um histórico de lutas



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Segundo o mapa da violência publicado em 2015, a Paraíba ocupa o sexto lugar na escala da taxa de homicídios de mulheres por estados da federação. Com uma taxa de 6,4 por mil, o estado fica atrás de Roraima, Espírito Santo, Goiás, Alagoas e Acre. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015\\_mulheres.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php). Acesso em: 21 mar. 2017.

impressionante que aos poucos está se fazendo seara de historiadores/as e cientistas sociais sedentos/as perante o campo que encontram; lutas que se mesclam ao direito pela terra e contra o latifúndio<sup>2</sup>. Datando de 1979, o primeiro grupo feminista da Paraíba foi fundado por professoras advindas do combate à ditadura e que carregavam experiências ligadas ao feminismo francês e a grupos de esquerda. O Centro da Mulher de João Pessoa (1979), logo chamado Grupo Feminista Maria Mulher, desenvolveu atividades na Universidade Federal da Paraíba em diálogo com comunidades da capital. No Sertão, surgiram o Grupo Mulheres e o Sertão Mulher (1983), com total apoio às mulheres atingidas pelas secas. Em Campina Grande, o Grupo Raízes (1984) emergiu como reverberação do Grupo de Mulheres de Campina Grande (1982).

Com um histórico extenso, a Paraíba fez seu lugar ao sol no que tange às lutas de mulheres. De 1979 até nossos dias, foram muitas as contestações aos maus tratos ao feminino, assessorias, formação de lideranças comunitárias ou de atuações setoriais; com o advento das organizações não governamentais, as estratégias de *advocacy*<sup>3</sup>, implantação de projetos e campanhas de conscientização em constante diálogo com outros movimentos sociais e pela luta democrática se fizeram presentes.

Lutas políticas que foram pulverizadas por meio de vários grupos a partir da década de 1990. Dentre esses grupos, a Cunhã Coletivo Feminista funcionou como formadora do feminismo institucionalizado que emergia. Composto por ex-integrantes de grupos anteriormente citados, surgiu enquanto ONG compromissada com o combate às discriminações e à misoginia presentes em um meio bem específico: a cidade de João Pessoa. Logo traçando diálogos vários, se conectou ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB), prestando-lhe assessorias. Aos poucos, sua atuação expandiu-se por meio de estratégias e campanhas como a Campanha Latino-Americana pela Legalização do Aborto e para outros espaços.

Das muitas idas ao arquivo da Cunhã, o mapeamento de fontes como documentos, projetos, textos, cartilhas, relatórios e pôsteres. Das muitas entrevistas, as narrativas de memórias. Esses são os materiais postos em nossa oficina. A linha e a agulha são as vivências e subjetividades de suas integrantes que, por sua vez, se mesclam às minhas, responsável pelo fiar desse tecido. Comparando o *métier* do historiador ao trabalho artesanal, Durval Muniz de Albuquerque Júnior diz:

O historiador, como a bordadeira, ao final de suas atividades de pesquisa, tem à sua frente uma cesta cheia de documentos, de relatos, de imagens, de escritos, de narrativas, de variadas cores e tonalidades, misturados de forma caótica. É ele, como faz a profissional do bordado, que submete este caos a uma ordem, a um desenho, a um plano, a um projeto, a um molde, a um modelo, que deve ser previamente pensado. Assim como no bordado existirá aquelas laçadas, aqueles pontos, aquelas amarrações, que serão fundamentais para que o desenho se sustente e se faça, na narrativa historiográfica existirá, o que não por mera coincidência se chamará de fio condutor, de fio da meada, o problema, a questão, o objetivo, que deve ser perseguido e deve estar presente durante toda a narrativa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 04).

Esse artigo, fruto de minha dissertação de mestrado *A Cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015)*, se propõe, portanto, pensar a Cunhã Coletivo Feminista como um lugar instaurador de ventos libertários na Paraíba entre as décadas de 1990 e 2000. A partir de diálogos com uma historiografia de gênero e com a filosofia, e percebendo aquilo que Tânia Swain (2013) e Virginia Woolf (1990) apontaram como sendo o silêncio da historiografia quanto a atos e realizações das mulheres, visamos contar essa história no feminino, como disse Rago (2011) ao trabalhar com Luce Fabbrì, elaborando *uma* história do feminismo no estado. Ao elaborar essa história possível, desculpo-me por interpretações equivocadas, omissões

<sup>2</sup> Cf. ROSA, 2015; SOBREIRA, 2018.

<sup>3</sup> O *advocacy*, sem tradução literal para a língua portuguesa, consiste em um conjunto de ações que visam influenciar a formulação, aprovação e execução de políticas públicas junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e à sociedade por meio do trabalho em redes e a mobilização da mídia. Cf. [https://www.filantropia.org/capacitacao/advocacy\\_digital](https://www.filantropia.org/capacitacao/advocacy_digital). Acesso em: 27 mai. 2020.

e esquecimentos que porventura venham emergir. Estou atenta ao alerta de Paul Veyne (2008) quando fala das impossibilidades de elaborar uma história total, isenta de lacunas e fissuras. Que porquanto, não é meu intento, visto entender a pesquisa historiográfica como uma operação descontínua localizada entre um lugar social, uma prática e uma escrita<sup>4</sup>.

Nascida para garantir a perpetuação da memória, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) destaca a proximidade da prática historiográfica com a atividade artesanal. De Penélope a Heródoto. Da história vivida à história escrita. Na solidão povoada da escrita (DELEUZE; PARNET, 1998 apud ROSA, 2013) recolhi materiais, separei as linhas, cortei, busquei dar sentido a alguns fragmentos, fazendo-os aparecer como partes de um mesmo tecido (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

Para tecer esse fiar, utilizei como fontes primárias as narrativas orais de mulheres ligadas à história da Cunhã. Fiz uso da metodologia da história oral, em um movimento de explicitar o “fascínio do vivido” como nos fala Verena Alberti (2004). Terreno da subjetividade por excelência (ALBERTI, 2004), a história oral, metodologia que ascendeu com a emergência da Nova História Cultural, privilegia o vivido a partir de quem o viveu. Genuinamente hermenêutica, é uma história rica em possibilidades e que fascina com a experiência do outro. Entrelaçada à memória, auxilia na implosão subjetiva de quem a pratica. Legitimadora da história do presente (FREITAS, 2006), tem as lembranças como suporte, evidenciando a memória coletiva e as experiências individuais.

Como aponta Beatriz Sarlo (2007), a emergência de histórias da vida cotidiana no campo historiográfico demandou a sensibilidade atenta do historiador perante novos discursos da memória: no narrar-se, diários e cartas passaram a moldar uma guinada subjetiva que evidencia a presença real do sujeito na cena do passado. Captura do presente, o retorno ao passado permite uma reelaboração de si e a construção de uma história com paixões e emoções. Exercício de escrita de si, o rememorar apresenta uma função etopoiética, é um transformador da verdade em *ethos*. Falando da escrita de si, Foucault (1992) volta aos antigos e a apresenta como companheira indispensável da vida ascética. Muito próxima à confissão e à meditação, aperfeiçoa a vida, sendo necessária ao labor da alma sobre si própria. Desse modo, seguiremos o fluxo de memórias dessas mulheres, o dizer sobre si e sobre a Cunhã, problematizando o lugar do feminismo no contexto paraibano, marcado, por sua vez, por variadas especificidades.

## **Na convergência de afetos, a Cunhã Coletivo Feminista**

Redes de afetos, afetos em rede. Por esses fios, a Cunhã Coletivo Feminista despontou em 1990 concomitantemente a outra instituição na cidade de João Pessoa: o Centro da Mulher 8 de Março<sup>5</sup>. Com ênfase no combate à violência contra as mulheres e prestando assessoria a sindicatos e associações, esta organização teve figuras como Valquíria Alencar, Irene Marinheiro e Glória Rabay na composição de seus quadros. Como a Cunhã, ainda é uma instituição ativa que traça caminhos possíveis para a igualdade entre os sexos na Paraíba. A partir de 1990, contudo, vários outros grupos tomaram voz. Como falam Magalhães e Oliveira (2006):

O Centro da Mulher 8 de Março e a Cunhã Coletivo Feminista dispõem de melhor estrutura física e contam com um número maior de educadoras para a realização e o desenvolvimento da metodologia feminista no trabalho com as mulheres populares, urbanas e rurais. [...] A atuação dessas ONGs tem se caracterizado por um trabalho continuado de formação político-feminista de outros grupos de mulheres, que foram surgindo no interior do estado, apoiando o seu fortalecimento social e político e popularizando o debate em torno dos direitos das mulheres em

<sup>4</sup> Cf. CERTEAU, 2007.

<sup>5</sup> O grupo surgiu em 1990 a partir de um protesto pelo assassinato da jovem Maria Cristina Batista da Silva, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB. Maria Cristina foi morta na calada da noite em janeiro de 1990 e jogada em uma vala na BR-230, na estrada que liga João Pessoa à cidade de Cabedelo-PB. Ao longo de sua história, o grupo destacou-se pelo trabalho com o tema violência contra as mulheres, realizando oficinas, mobilizações, pesquisas e publicando dossiês relacionados ao tema.

favor do crescimento do movimento de mulheres e do feminismo local e nacional (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2006, p. 67).

A década de 1990 foi marcada pela institucionalização do feminismo através das ONGs, que, por sua vez, geraram alargamentos no campo de ação do movimento, mas também desafios. O Estado, visto até então como “inimigo comum” (COSTA, 2008), passou a ser visto com menos desconfiança e as feministas passaram a atuar no *lobby* por políticas públicas para as mulheres. O feminismo começava a canalizar demandas das mulheres em sua diversidade, como apontam Costa e Sardenberg (2012). Múltiplo em suas abordagens e origens<sup>6</sup>, o feminismo tem como eixo o fim das relações de opressão que subordinam as mulheres. Segundo as autoras, o crescimento de um feminismo não branco e diverso foi *sui generis* na preparação das conferências e articulações surgidas nesse período.

Essencialmente crítico, o feminismo confronta-se com os papéis normativos do Estado, Igreja e família, baseados na diferença biológica entre os sexos. Para Cisne e Gurgel (2008), a emergência das ONGs deu-se em uma ofensiva neoliberal em que recursos não foram mais destinados aos movimentos sociais e populares, mas agora a essas organizações que se tornaram “parceiras” na garantia dos direitos sociais. Nisso, o perigo da terceirização, da assessoria técnica sem compromissos reais com ideais libertários como uma adequação à “lógica de projetos”. As autoras nos alertam para esses perigos e ressaltam:

É importante destacar que as ONGs não são espaços homogêneos e que existem diferenciações de práticas e de orientação teórico-política entre elas. Contudo, apesar de reconhecermos a existência de diferenciações, importa-nos refletir sobre a sua contradição fundante, qual seja, o laço de dependência com o seu financiador, pondo em risco, muitas vezes, a perspectiva de autonomia e resistência radical ao capitalismo (CISNE; GURGEL, 2008, p. 76).

É sabido, contudo, o importante papel das ONGs no resgate do exercício da cidadania e no estancamento dos processos de exclusão (SOCZEK, 2007), visto também resistirem às capturas do estado neoliberal, promovendo com isso uma transformação da esfera pública nacional e um fortalecimento da sociedade civil organizada. A Cunhã foi a primeira ONG feminista a receber financiamento – elemento primordial para a sustentabilidade dessas organizações – e logo se tornou a mais estruturada para o desenvolvimento de suas atividades e para a estruturação de uma casa-sede.

Cunhã, do tupi *mulher*, que também é a denominação nativa de uma flor conhecida cientificamente por *Clitoria fairchildiana*, foi o nome escolhido para a entidade que surgiu como confluência dos grupos anteriores. Tendo como sócio-fundadoras Ana Adelaide Tavares, Gilberta Santos Soares, Lúcia Maria Temóteo, Rosa Maria Nader, Sandra Maria Craveiro e Soraia Jordão Almeida, logo sistematizou seminários e encontros, promoveu feiras e campanhas educativas voltadas a temas como sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. Seguindo o fluxo da memória de Soraia Jordão:

Depois de uma reunião do Lilás<sup>7</sup>, que foi na minha casa, casa de estudante a gente tudo no chão, tinha só almofada, ficamos na porta de casa conversando eu, Lucinha, Sandra, Ana Adelaide, Rosa e dissemos: “Por que a gente não continua discutindo, nós que estamos aqui?” e continuamos, fizemos um projeto e foi aprovado pela Oxford em Recife. Aí tinha que ter um nome porque ainda éramos grupo de mulheres. [...] A gente fez esse primeiro projeto, eu até fiz o orçamento, eu até me lembro, quem escreveu mesmo foi Sandra e Lucinha. Mandamos, foi aprovado. Quando foi 11 de dezembro de 1990 alugamos a casa, fizemos eu e Gilberta, essa

<sup>6</sup> Margaret McLaren (2016) elenca as diferentes abordagens feministas reunidas sob o signo comum de compromisso com a inclusão, igualdade e democracia. Para a autora, cada abordagem variante do feminismo pauta-se em uma orientação política própria, sendo elas: feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista, feminismo socialista, feminismo multicultural, feminismo global, feminismo crítico-social e feminismo pós-moderno.

<sup>7</sup> Grupo feminista efêmero organizado em João Pessoa-PB em fins da década de 1980. Constituiu a base do que veio a ser a Cunhã Coletivo Feminista.

coisa de procurar casa, fazer o CNPJ, começamos os trabalhos na casa de Sandra porque não tinha sede, passamos seis meses nas casas das meninas, se reunindo lá, fizemos a metodologia feminista entre nós mesmas (informação verbal)<sup>8</sup>.

Como consta em sua ata de fundação, o processo de formação da organização foi iniciado em 1989. Nesse momento, o Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Maria Mulher já estavam em processo de dissolução, motivado principalmente pela saída de algumas de suas integrantes das cidades de Campina Grande e João Pessoa, respectivamente. O Grupo Raízes continuou existindo até o ano de 1991 sob coordenação de Vilma Vaz, que nesse ano também se mudou para a capital, como fizeram Gilberta Soares e Soraia Jordão. Estas mudaram visando concluir suas formações na área de Psicologia Social. Outras, como Angela Arruda e Eleonora Menicucci, saíram da Paraíba na transição dos anos 1980-1990, indo para o Sudeste do país para realizarem seus cursos de doutoramento. Nesse interregno, na UFPB, Gilberta trabalhava com grupos de educação popular e Soraia como extensionista da professora Rosa Maria Nader no projeto Mulher e Favela, que atuava em parceria com setores da Igreja progressista em comunidades da periferia da Grande João Pessoa.

Da junção de tais conexões, emergiu a proposta de fundação do Coletivo Lilás, sob coordenação de Eleonora Menicucci, inspirada no modelo de atendimento ginecológico do Coletivo Sexualidade e Saúde de São Paulo, do qual foi integrante no período de seu doutorado. A ideia era que o Coletivo se estabelecesse na cidade de João Pessoa sob o viés do atendimento à saúde sexual e reprodutiva. Pela variedade de tendências de suas integrantes, o Coletivo não se efetivou, mas constituiu os primeiros passos do que viria a ser a Cunhã Coletivo Feminista que herdou, inclusive, o forte trabalho na vertente da saúde das mulheres. Eleonora Menicucci migrou para São Paulo onde ajudou a criar a Rede Nacional Feminista de Saúde, aprofundando suas pesquisas na área da Sociologia da Saúde. Estava articulada a malha que deu início à Cunhã no ano de 1990.

Sobre a emergência do Coletivo, em cordel produzido no ano de 2007 em alusão à comemoração dos 17 anos da organização, a artista popular Maria Sueldes Araújo assim diz:

No início, foi difícil  
Reunir, organizar  
Até aprovar um projeto  
Para a casa alugar  
Definiu-se uma equipe  
Disposta p'ra trabalhar  
A Paraíba já não tinha  
Grupos tão estruturados  
O machismo dominava  
Na terra de cabra macho  
Com a onda do feminismo  
Novo tempo foi criado (ARAÚJO, 2007, p. 06)

Não devemos desconsiderar, contudo, o teor circunstancial de tal escrita: comemoração da quase maioria da instituição. Escrita cujo desenrolar é perpassado por predicativos e linearidade. Os trechos acima destacados trazem os primeiros passos da ONG cuja sede sempre foi em residências, marcando seu caráter agregador como nos falaram algumas de suas integrantes com as quais tivemos oportunidades de dialogar. Isso possibilitou a criação de laços afetivos que integram essas mulheres nos diferentes campos de suas vidas, constituindo uma verdadeira rede de afetos que se mesclam à militância e à prática política.

Conexões, contudo, que não deixam de apresentar suas heterogeneidades. Soraia Jordão fala: “a gente vai criando laços, porque é muito fácil criar laços afetivos entre nós mulheres: solidariedade, cumplicidade. Então tem muito disso, uma cuidar da outra, de cuidar mesmo [...]”.

---

<sup>8</sup> ALMEIDA, Soraia Jordão. *Entrevista 2*. [22 mai. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 3 arquivos. mp3 (1h 44 min.).

Agora, temos disputas, diferenças” (informação verbal)<sup>9</sup>. Nesse aspecto, poderes e conflitos também estão em pauta, como traz Pedro (2006) ao trabalhar as narrativas fundadoras do feminismo no pós-década de 1970<sup>10</sup>.

Inaugurada em dezembro de 1990, em agosto do mesmo ano já havia contado com uma primeira parcela de financiamento internacional da OXFAM e da CESE<sup>11</sup>. Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (LOPEZ; BARONE, 2013), menos de 5% do orçamento federal era destinado a entidades não governamentais, sendo os financiamentos internacionais, apoio de empresas e fundações privadas e mesmo doações individuais, formas de captação de recursos dessas entidades.

A história da Cunhã é marcada por fases. A primeira deu-se após sua implantação. O Coletivo logo organizou três núcleos responsáveis pela efetivação de suas propostas e gerenciamento da instituição: o núcleo diretoria, o núcleo de metodologia e o núcleo de vídeo. Dentro dos núcleos havia os chamados grupos de trabalho. Sendo anterior à Cunhã a existência de uma rede de contatos e articulações que permitiam o trabalho com a metodologia feminista, o núcleo logo se efetivou, sob coordenação de Soraia Jordão e Gilberta Soares, psicólogas, sócio-fundadoras do Coletivo e também do extinto Grupo Raízes.

O que seria então essa metodologia de trabalho com mulheres? No projeto de implantação do núcleo, lê-se: “a proposta feminista é a de que a mulher esteja atenta para compreender seu papel como mulher e cidadã em seu dia-a-dia, em todos os seus espaços de convivência e crie novas formas de relacionamento que não reproduzam mecanismos de poder e exploração” (*sic*) (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1991a, p. 11). Nesse sentido, o trabalho pautava-se na fala das mulheres, no relato das experiências vividas, das emoções, na ruptura do silêncio, despertando-as para a consciência política.

Eram funções do núcleo de metodologia: realizar oficinas formadoras, formar mulheres para o trabalho com outras mulheres, prestar assessorias, utilizar a metodologia feminista a partir da relação teoria/prática, cuja intenção era sensibilizar as mulheres para as relações de gênero estabelecidas, formar agentes multiplicadoras a partir da compreensão de sua identidade feminina e da cidadania, realizar oficinas matrizes priorizando, inicialmente, trabalhadoras rurais, mulheres variadas e profissionais de saúde (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1991b). Sobre isso Gilberta Soares comenta:

A gente teve uma atuação muito de assessoria e de formação e hoje eu percebo que era de contribuição de formação do feminismo mesmo na Paraíba como uma forma de atuação e como um método de trabalho. Então fazíamos muitas oficinas de formação que a gente chamava oficina matriz e nessas oficinas matriz participaram muitas pessoas que tinham atuação em sindicatos, na universidade, em movimentos sociais, algumas autônomas ou por categorias também, trabalhamos muito com jornalistas, pessoal da área de saúde, de humanas e a partir daí a gente possibilitava uma compreensão do que o feminismo trabalhava e naquela época ainda nem se trabalhava com a questão de gênero, quando começamos ainda se chamava a questão da mulher, nem era no plural. E a gente passava essa metodologia de trabalho, tanto a reflexão, quanto os pressupostos teóricos para essas pessoas atuarem nos seus campos, levarem essa visão até na perspectiva mesmo da transversalidade, quer seja no sindicato, na

---

<sup>9</sup> ALMEIDA, Soraia Jordão. *Entrevista 2*. [22 mai. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 3 arquivos. mp3 (1h 44 min.).

<sup>10</sup> Alcileide Cabral e Noemia Luz (2014) criticam a noção de onda por esta subentender um movimento de fluxo e refluxo geralmente provindo dos grandes centros (Europa, Estados Unidos e no Brasil, do Sudeste), reforçando a ideia de centros irradiadores e suas margens.

<sup>11</sup> *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford de Combate à Fome) é uma confederação internacional fundada na Universidade de Oxford/Inglaterra no ano de 1942 e que hoje atua em mais de 100 países sob as seguintes frentes: Comércio justo, Educação, Saúde, HIV/AIDS, Inclusão social, Democracia e direitos humanos, Guerras e desastres naturais. A *Coordenadoria Ecumênica de Serviço* (CESE) é uma organização de Salvador-BA e que atua na promoção, defesa e garantia de direitos no Brasil. Criada por igrejas cristãs em 1973, foi pioneira na priorização do apoio a pequenos projetos, de caráter pontual, que favoreceram/favorecem os movimentos populares em momentos de sua organização, a exemplo do Grupo Raízes e da Cunhã Coletivo Feminista nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente.

universidade ou onde essas pessoas tivessem (informação verbal)<sup>12</sup>.

Os primeiros cursos de formação com a metodologia de trabalho das oficinas ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro de 1991, cujo público alvo foi estudantes (incluindo normalistas) e sindicalistas que realizavam trabalhos com mulheres. Nessas oficinas chamadas de matrizes, “a Cunhã reunia mulheres por um período de 30 a 40 horas, proporcionando um ambiente propício, com privacidade e acolhimento, para avaliação de suas experiências e trocas de saberes” (BARBOSA, 2011, p. 18).

A partir do trabalho sequenciado com os temas da identidade, corpo e sexualidade, as oficinas constituíam a porta de entrada para os trabalhos educativos e de formação do Coletivo. O trabalho com profissionais da saúde visava primordialmente sensibilizar profissionais para o trato humanizado da saúde das mulheres.

Das oficinas matrizes desmembravam-se as oficinas específicas, realizadas com normalistas e outras estudantes, das quais algumas se transformaram em agentes multiplicadoras ou estagiárias da instituição. Destas, podemos citar Maria Ednalva Bezerra, cuja trajetória já se vinculava ao Sindicalismo e protagonismo junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT-Paraíba), e Estelizabeth Bezerra, que atuaram como multiplicadora e estagiária do setor de comunicação, respectivamente. Também chamadas de grupos de autorreflexão, autoconsciência ou autoconhecimento, essas oficinas trabalhavam com subjetividade, “aqui entendida como emoção, afeto, solidariedade, como categoria a ser incorporada na política do cotidiano” (OLIVEIRA, s/d apud CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1991c). Incorporando saberes e técnicas da Psicologia, das artes, da psicanálise, dos movimentos populares e da educação popular, a metodologia feminista em processo de consolidação exigia a construção de redes alternativas de contato e diálogo. Esse compartilhamento foi realizado com mulheres trabalhadoras rurais do Brejo do estado que já vinham sendo assessoradas pelos grupos feministas anteriores no processo de consolidação de suas lutas.

No início da década de 1990, entretanto, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo encontrava-se abalado. Maria da Penha Nascimento, liderança do grupo, morreu aos 42 anos junto com a socióloga Elizabeth Lobo em um acidente de carro no qual também estavam as professoras Maria do Socorro Rangel e Lourdes Bandeira. Penha Nascimento iniciara sua atuação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande ao lado de Margarida Maria Alves, que fora assassinada em 1983, participou da criação da CUT estadual e deixava uma grande lacuna emocional aos companheiros e companheiras de luta bem como ao movimento sindical do estado. Nesse ínterim, a Cunhã então nascente, iniciou seus trabalhos de colaboração na reorganização e fortalecimento do movimento após a morte de Penha. Foram realizadas oficinas e assessorias que promoviam muitas desconstruções, instalando rupturas e construindo novas possibilidades de estar no mundo.

Além das oficinas e desde a emergência do grupo uma grande marca foi a produção de vídeos. “*De quem é esse batom? / Foi outro vídeo lançado / Tá limpo e À flor da pele / Deram também o seu recado / Mostrando que o trabalho / Tinha apenas começado*” (ARAÚJO, 2007, p. 10). Como cita os versos de cordel, vários vídeos foram produzidos e trabalhados nas oficinas e mobilizações, dentre eles: *De quem é esse batom?, Tá limpo, À flor da pele, 8 de março: um só é pouco*. Um dos primeiros foi elaborado com índias no município de Baía da Traição-PB, no litoral norte do estado. Intitulado *Cunhã*, foi gravado por Sandra Craveiro e Lucia Temóteo, tendo sido também inspiração para o nome da instituição.

Suporte de todas as atividades, o núcleo de comunicação caracterizava-se pela produção de materiais a serem trabalhados nas oficinas de formação e que funcionavam também como meios de visibilização do movimento. Além de promoverem assessorias, Estela Bezerra comenta que,

---

<sup>12</sup> SOARES, Gilberta Santos. *Entrevista 2*. [22 dez. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Campina Grande-PB, 2015. 2 arquivos. mp3 (01h 22 min.).

concomitantemente a essas atividades, já adentrava o campo da macropolítica, apoiando e assessorando candidaturas como a de Jandira Pacheco, Ricardo Coutinho, Socorro Borges e Sandra Marrocos. Produzindo materiais que não faziam parte da mídia hegemônica, o núcleo de comunicação atuou de forma muito próxima ao eixo da educação popular, dando suporte de materiais e registrando as atividades realizadas. A fase de amadurecimento da instituição passava, assim, também pela ocupação dos espaços de mídia e autonomia de produção e organização (informação verbal)<sup>13</sup>.

### **Protagonismos e trans/form/ações**

Não era fácil ser feminista nos idos da década de 1990. “Ser feminista era quase uma doença, uma patologia” (informação verbal)<sup>14</sup>, comentou Estela Bezerra falando das dificuldades enfrentadas no trato com temas “malditos” e na boa convivência com o meio. Como parresista: “eu adorava dizer que era feminista, eu gostava de chocar mesmo” (informação verbal)<sup>15</sup>. Exercendo a coragem da verdade em situação de risco (GROS, 2004) e entendendo que ser feminista não era bem visto – sapatão, mal-amada, suja –, fala que o feminismo é a tocha que ilumina seu caminho e que mantém acesa a esperança por dias melhores.

Tomada da palavra sob circunstâncias de risco, a parrésia, contrária à retórica e à confissão, se projeta como a fala mais verdadeira, engajada e perigosa. Destacando as modalidades do dizer verdadeiro entre os gregos, ressalta uma modalidade profética de operação entre passado e futuro, uma modalidade de sabedoria em que o sábio liberta o saber último das coisas, uma modalidade técnica que principia uma comunidade de iniciados. Por último estaria a parrésia, que se opõe a todas as outras e que representa o falar francamente (GROS, 2004). Estruturado pelo cuidado de si, a crise da parrésia constituiu, para Foucault, o nascimento da filosofia ocidental. A ética da parrésia, portanto, coloca a vida, as amarras e normalidades à prova.

Acerca das zombarias historicamente direcionadas às feministas, a historiadora Rachel Soihet (2005) atribui tais provocações ao temor da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros, que era protagonizado não só por homens, mas também por mulheres captadas pelas estruturas biopolíticas do patriarcado<sup>16</sup>. Estudando o jornal *O Pasquim*, mencionado por ela como libertário em algumas discussões e conservador em outras, diz que o ataque direto às feministas era direcionado pela restauração de antigos estereótipos (e assusta-nos serem ainda tão vivos na contemporaneidade) como a feiura, a menor inteligência, a tendência a performances masculinas e à homossexualidade. É clássico o insulto direcionado à Betty Friedan quando de sua visita ao Brasil<sup>17</sup>. Violentos, esses discursos foram (e são) usados como armas conservadoras contra as mulheres que questionaram/questionam os lugares culturalmente construídos para os gêneros. Proibições, entraves e desqualificações, capturas históricas na vida das mulheres.

Foram muitas as lutas e também muitas as celebrações. Gilberta nos conta sobre a sua formação disciplinar, da não integração entre corpo e mente, razão e emoção, que entrou em

---

<sup>13</sup> SOUZA, Estelizabeth Bezerra de. *Entrevista 1*. [17 out. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (56 min.).

<sup>14</sup> SOUZA, Estelizabeth Bezerra de. *Entrevista 1*. [17 out. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (56 min.).

<sup>15</sup> SOUZA, Estelizabeth Bezerra de. *Entrevista 1*. [17 out. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (56 min.).

<sup>16</sup> Segundo Saffioti (2004), patriarcado é a engrenagem que permite a opressão das mulheres, hierarquizando não só as relações entre as categorias de gênero, mas criando igualmente uma contradição de interesses que também se pauta nas classes sociais e no racismo.

<sup>17</sup> Soihet (2005) menciona que buscando através da zombaria o descrédito dos movimentos de mulheres em busca de uma cidadania plena, escritores d’*O Pasquim* ressuscitaram velhos estereótipos, sem deixar de acentuar a obrigatoriedade da beleza para as mulheres, o que as dispensaria de outros atributos. Em 1971 Betty Friedan veio ao Brasil, a convite da Editora Vozes, para o lançamento de seu livro *A mística feminina*, lançado nos Estados Unidos em 1963. Em várias matérias Betty Friedan foi taxada de feia e sua inteligência foi colocada em descrédito.

choque a partir do contato com o feminismo, que permitiu tal conexão<sup>18</sup>. Novas subjetividades engendradas pelos feminismos que também alcançaram as vidas de feministas históricas como Tania Navarro Swain, Norma de Abreu Telles, Maria Lygia Quartim de Moraes, Ivone Gebara, Gabriela Leite, Crimeia Schmidt de Almeida e Amelinha de Almeida Teles, como trabalha a historiadora Margareth Rago (2013) no livro *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Inserindo-se nesse rol de subjetividades moldadas a partir do contato com o feminismo, a autora propõe refletir sobre experiências intensas de construção de modos de agir e existir em prol da autonomia feminina, abrindo novas possibilidades de ser e de estar no mundo. Estar-sendo potencialmente marcado por críticas aos modelos tradicionais de produção de subjetividades e propulsão de outros (RAGO, 2013). Como máquinas de guerra, fluxos de intensidade que escapam às formas de capturas e reterritorializações (DELEUZE; GUATTARI, 1997), as feministas elaboraram outros mundos possíveis, cavando espaços no cotidiano e nas relações com a comunidade, na universidade, com a família e consigo mesmas.

Nessa constante reelaboração de si, as atividades da Cunchã Coletivo Feminista se alargavam, esta que se mantinha com a identidade feminista já presente em seu nome. História que foi plantada até antes da década de 1970 por mulheres como Anayde Beiriz e Elizabeth Teixeira e cujos ecos refletiam no feminismo que se expandia. No ano de 1995, ano em que a ONU realizava a IV Conferência Mundial sobre a Mulher<sup>19</sup>, a Cunchã, em parceria com outros grupos como o Centro da Mulher 8 de Março e o Grupo de Trabalho Relações de Gênero da SEAMPO – Serviço de Assessoria do Movimento Popular, organizou o Encontro Estadual Beijing-95: Movimento de Mulheres – 20 anos de história, visando visibilizar os grupos de mulheres existentes no estado da Paraíba e articular a ida para Pequim, sede da conferência, a partir da organização de comissões.

Movimento social e pensamento crítico, o feminismo se constituiu no Brasil como um movimento interclasses. Como nos fala Carmen Silva (2016), a organização para ida a Pequim gerou a formação do que hoje é a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), cujo objetivo após a chegada foi monitorar o cumprimento pelo Estado brasileiro da Plataforma de Ação aprovada na Conferência. Foram grandes as dificuldades de manter a articulação a nível nacional. A autora ainda comenta que a maioria das organizações que se integraram para ida a Pequim estiveram articuladas para a Marcha Mundial de Mulheres, ocorrida em 2000 e que só depois “viria a ser organizada como uma articulação movimentalista mundial e também no Brasil” (SILVA, 2016, p. 161). Assim, os anos 1990-2000 foram anos de intensas articulações. Sintetiza:

Em termos organizativos é importante registrar que surgem nesta década quatro expressões nacionais dos movimentos de mulheres, que se constroem de forma independente de outros movimentos sociais: a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, em 1991; a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, em 1994; a Articulação de Mulheres Brasileiras, em 1994-1995; e a Marcha Mundial das Mulheres a partir de 2000, como mobilização e posteriormente como organização. A década de 1990 também marca a consolidação de expressivas articulações de mulheres no movimento sindical, com destaque para as Mulheres da CUT e de federações sindicais cutistas, entre elas as mulheres da CONTAG (que posteriormente vão organizar a Marcha das Margaridas) e da Federação Nacional de Bancários. [...] Também é expressivo o grande crescimento de grupos de trabalho de mulheres (ou sobre gênero) no interior de movimentos sociais mistos, a exemplo do GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia e GT de Gênero da ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro. Somam, para demonstrar esta expansão do movimento de mulheres e do feminismo dentro dele, as mudanças nas instâncias de decisão na Central Única dos Trabalhadores e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros, por constituírem direções políticas

<sup>18</sup> SOARES, Gilberta Santos. *Entrevista 1*. [22 nov. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 2 arquivos. mp3 (01h 12min.).

<sup>19</sup> A Conferência ocorreu em setembro de 1995 sob o lema: “Ação pela igualdade, desenvolvimento e paz”. Em paralelo, ocorreu o Fórum Internacional das Organizações Não Governamentais que visava elaborar planos de ação para os anos vindouros. O encontro foi promovido pela Organização das Nações Unidas. Os encontros nacionais foram organizados pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que organizou reuniões nacionais paralelas à Conferência.

paritárias, compostas por 50% de membros de cada sexo (SILVA, 2016, p. 171-172).

Com cinco anos de história, a Cunchã ganhou ampla visibilidade a partir do eixo de saúde e trabalhos diretos junto à mídia local. Estava iniciado um período de pesquisas que antecederam o trabalho para implantação do aborto previsto em lei na cidade de João Pessoa e a Campanha Ninguém Engravida Sozinho, iniciada em 1996 e que congregou várias atividades, ações, discussões e mapeamentos ao redor dos eixos: educação sexual, aborto, saúde das mulheres e outros temas transversais. Com apoio da UNICEF<sup>20</sup>, era iniciado também um trabalho com meninos/as em situação de rua. Com respeito conquistado perante as organizações emergentes, o Coletivo despontava com necessidades pontuais como o alargamento da equipe e a demanda por funcionários/as do setor administrativo que lidassem com o gerenciamento da instituição. Tais necessidades, pontuadas em projeto de 1996 enviado à *The Global Fund for Women*<sup>21</sup>, revelavam a crescente expansão das ações do Coletivo.

Iniciou-se um trabalho com educadores/as populares visando explicitar as diferenças de gênero e as violências sofridas pelas meninas na rua. Com parceria da UNICEF, logo se articularam contatos com a Casa Pequeno Davi<sup>22</sup> e a Pastoral do Menor<sup>23</sup>, trilhando formações com educadores/as que estavam em organizações de crianças e adolescentes, além do trabalho com os/as próprios/as adolescentes em articulações com grupos como a Casa da Menina de Bayeux<sup>24</sup> e Beira da Linha<sup>25</sup>. As oficinas de formação contavam com o uso de técnicas como “linha da vida”, “qual a cor da minha sexualidade?”, “perguntas indiscretas”, capacitando educadores/as para perceberem diferenças de gênero que perpassavam suas vivências subjetivas e no campo da educação popular. Essas técnicas utilizadas na pedagogia feminista eram instrumentalizadas sempre a partir do binômio identidade-experiência. Segundo Silvia Camurça (2007), a linha da vida, por exemplo:

É um exercício de produção coletiva de conhecimento sobre a situação das mulheres, realizado com variações no método. No primeiro momento, cada participante recorda os momentos marcantes de suas vidas – elege três mais marcantes e escreve sobre eles. No segundo momento, cada participante conta sua história de vida, enquanto as demais escutam e uma

---

<sup>20</sup> *Fundo das Nações Unidas para a Infância*, com sede em Nova Iorque, é um órgão que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento. No Brasil, atua na articulação, no monitoramento e avaliação e na promoção de políticas na área da infância e da adolescência.

<sup>21</sup> Sediado em São Francisco/Califórnia, *O Fundo Global para Mulheres* é uma fundação sem fins lucrativos que visa financiar iniciativas de direitos humanos das mulheres. Fundado em 1987, tem atuação a nível mundial.

<sup>22</sup> *A Casa Pequeno Davi* é uma organização da sociedade civil sem fins econômicos que desenvolve atividades educacionais com crianças e adolescentes do Bairro do Roger e adjacências do Terminal Rodoviário em João Pessoa. Fundada em 1985, em 1995 uma equipe de jovens da Pastoral do Menor assumiu a instituição iniciando trabalhos tendo como base o Estatuto da Criança e Adolescente. Um setor específico para adolescentes do sexo feminino foi inaugurado em 1998, a Casa Menina Mulher. Desde 2001 é um espaço aberto que acolhe meninas e meninos em situação de risco social que vivem em comunidades próximas ao terminal rodoviário do Varadouro.

<sup>23</sup> *A Pastoral do Menor* é um serviço da Igreja católica voltado para o atendimento de diferentes situações como saúde, terra, trabalho, moradia, crianças e adolescentes. Iniciou-se em São Paulo, em 1977, tendo como missão a promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais.

<sup>24</sup> A hoje *Casa da Menina e do Menino*, funciona na Avenida Liberdade, 1647, em Bayeux-PB, cidade da Grande João Pessoa. No ano de 2002, a casa era formada por uma equipe de 09 profissionais, com suas atividades divididas em: formação humana, formação bíblica, atividades esportivas, cultura e lazer, atividade pedagógica, oficina de teatro, trabalho junto às famílias, além de participação em eventos e mobilizações. Cf. CUNHÃ, 2002b.

<sup>25</sup> Como consta no site da instituição, o *Projeto Beira da Linha* surgiu como fruto de um programa da Instituição Católica Italiana Pia Sociedade de Padre Nicola Mazza, a qual veio para o Brasil em 1978 se instalando na região Nordeste com a finalidade de atuar nas camadas mais carentes. Suas atividades iniciaram-se na Paraíba em 1989 com o trabalho de religiosos italianos que, unidos aos jovens universitários brasileiros, desenvolveram dez anos de estudos acerca da realidade social local. A partir daí, foram criadas condições para promover uma intervenção orgânica de forte impacto social, trabalhando, sobretudo, no âmbito educativo. Há 20 anos a ONG atua na Comunidade do Alto do Mateus em João Pessoa, oferecendo atividades como letramento e outras complementares às da educação formal, incentivo ao esporte, cursos profissionalizantes e encaminhamento do adolescente aprendiz ao mercado de trabalho, para crianças, adolescentes e jovens em vulnerabilidade social.

facilitadora registra, em grande papel no chão, para que todas possam ir acompanhando os registros. Uma após outra, as histórias vão se sucedendo e as semelhanças emergindo. Para cada história busca-se, coletivamente, pelos personagens e as situações ou problemáticas vividas, sublinhar elementos da opressão e da exploração também. A etapa final, a de análise, faz-se por comentários de todas sobre os registros, identificando similaridades, levantando interrogações – ou seriam hipóteses? – estabelecendo relações com a experiência e o que nos diz o pensamento crítico feminista (CAMURÇA, 2007, p. 04).

No trabalho com temas como saúde, sexualidade, cidadania, doenças sexualmente transmissíveis, participação política e outros, as formações com educadores/as populares visavam fortalecer o desenvolvimento das instituições a que estavam vinculados, “contribuindo com a criação de mecanismos de diálogos e intervenção junto ao poder público e à sociedade civil, além de capacitá-los para o uso de metodologias específicas no trabalho com adolescentes” (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2002a, p. 01). Esses, provenientes de situações de vulnerabilidade social, eram capacitados visando também a atuação dos mesmos como agentes multiplicadores de informações em suas comunidades/escolas.

Como pontua Carmen Silva (2010), as organizações e movimentos feministas têm como ponto substancial de suas ações a prática educativa, que tem como desafio contribuir com a formação de mulheres – entendidas como construção cultural – para a ação política transformadora de si mesmas e do mundo. No caso em questão, extrapolou-se a divisão entre os sexos, visando uma formação de homens e mulheres compromissados com uma educação pela cidadania. Por educação popular entendamos uma concepção pedagógica marcada pela dialogicidade e pela formação de sujeitos que se mobilizem pela transformação social. Apoiada na pedagogia freiriana, “articulou a isso ideias e dinâmicas da psicologia e reflexões oriundas da sociologia crítica e da teoria feminista” (SILVA, 2010, p. 14).

Ação que incorpora elementos da comunicação e da arte como estratégias de trabalho, a educação feminista está voltada para a cidadania como construção permanente através de cursos, oficinas, seminários e também acompanhamentos a ações coletivas que circundam as lutas de grupos e movimentos. Ainda segundo a autora, é essa visão de educação que contribui para a formação das pessoas enquanto agentes políticos compromissados com a elaboração de um mundo mais justo e democrático. Na Cunhã, do trabalho com educadores/as populares, passou-se a assessorias a escolas públicas, mas nunca perdendo o fio das reflexões feministas, propulsor de transformações. Soraia Jordão (informação verbal) relata que havia um constante trabalho cujo revestimento tinha as questões políticas presentes, mas também formações técnicas como de ensinar meninos e meninas a usar métodos contraceptivos, por exemplo. Também eram realizados momentos de lazer e de festividades, potencializando a integração e a criação de laços subjetivos entre os/as integrantes. O trabalho com educadores/as e adolescentes foi concluído no ano de 2006, coincidindo com o lançamento de uma campanha contra o abuso sexual e a violência contra crianças e adolescentes, em parceria com o governo federal.

Algumas campanhas e atividades realizadas pela Cunhã ainda nos anos de 1990, representaram uma reunião de forças, congregando os eixos de *educação, comunicação e saúde e sexualidade*. Uma dessas campanhas foi a já citada *Ninguém Engravidada Sozinha* que representou um grande investimento de forças e divulgação nos diferentes meios de comunicação e espaços. Anunciada em *outdoors* pela cidade de João Pessoa, em escolas por meio de palestras, em praças por meio de mobilizações, nas chamadas feiras de saúde, a campanha girava em torno de discussões sobre planejamento familiar e contracepção, visando conscientizar as pessoas no que diz respeito à sexualidade e acerca de temas como gravidez e aborto. Foi uma campanha longa e que representou um período de expansão das atividades do Coletivo. Para isso, somaram-se afetos, alegrias, escapes. Foi preciso coragem, falar a verdade em situações de risco, como disse Foucault referindo-se aos cínicos, fazer germinar a semente do feminismo que havia sido plantado nos idos da década de 1970. E germinou. Foram muitas as articulações, as trocas, as redes e a instauração

de cuidados ao longo da trajetória do Coletivo e das potências de vida a ele ligadas.

## Consolidação das pautas

A Cunhã foi responsável por encabeçar a comissão pró-implantação do serviço de aborto legal na Maternidade Frei Damião em João Pessoa. Por aborto legal leia-se casos de gravidez resultantes de estupro e/ou com risco de vida para a mãe<sup>26</sup>. A garantia desse direito data de 1940. Não obstante, apenas São Paulo garantia sua eficácia através do Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, implantado em 1989. Em 1998, contudo, a Paraíba foi o segundo estado do Nordeste e o sétimo estado do Brasil a efetivá-lo. Reunindo aliados/as como parlamentares, profissionais da área de saúde, representantes de universidades, sindicatos e organizações, criou-se um ambiente favorável à decisão positiva do então secretário de saúde frente à proposta (SOARES, 2000).

Temas tabus de forte enraizamento em uma cultura marcadamente misógina, temas “malditos” como lembra Estela Bezerra, eram os trabalhados pela Cunhã Coletivo Feminista e que, visibilizados, provocavam as mais diferentes reações e críticas: “Fazíamos manifestações de defesa pública ao aborto e a gente fazia *outdoor*... Imagina um *outdoor* aparecendo na cidade: ‘Nenhuma mulher deve ser presa, ficar doente ou morrer por abortar’” (informação verbal)<sup>27</sup>.

Representando a seção estadual da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, fundada em 1991, a Cunhã Coletivo Feminista consolidou suas atividades nessa seara, lançando, com apoio da Fundação McArthur<sup>28</sup> a Campanha *Ninguém Engravida Sozinho*, no final do ano de 1996. Projeto ambicioso, cujo tema central foi a gravidez indesejada, contou com quatro ondas, desdobrando-se em várias atividades que permitiram a consolidação e visibilização do Coletivo, em articulação direta com usuárias dos serviços de saúde, profissionais da área e a mídia. Do desenvolvimento de pesquisa com esses/as profissionais e usuárias de postos de saúde da capital João Pessoa e do trabalho com educadores/as e meninos e meninas em situação de rua na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente da AIDS, através de debates e divulgação de materiais, também conseguiu apoio da Fundação Ford<sup>29</sup> e IWHC<sup>30</sup>, em uma proposta ousada, como disse Gilberta Soares (informação verbal)<sup>31</sup>, que reuniu estratégias políticas, de mobilização e *advocacy* e que, através da sensibilização e argumentação, visava a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à área da saúde sexual e reprodutiva e mudanças de valores e práticas sociais.

Luciana Cândido, educadora da Cunhã, ex-integrante de pastorais sociais e do Centro Acorda Mulher, grupo de mulheres populares da cidade de Bayeux-PB, assim fala com relação à campanha:

---

<sup>26</sup> Em 12 de abril de 2012 o Supremo Tribunal Federal determinou que a interrupção da gravidez em caso de fetos anencéfalos ou antecipação terapêutica do parto não constitui crime de aborto, tipificado nos artigos 124,126 e 128, incisos I e II do Código Penal. Em 2015 foi aprovado o projeto de lei 5.069 de autoria do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB), que, se efetivado pelo Senado e sancionado pelo presidente, dificultaria o aborto legal em casos de estupro. Tal emenda constitucional propõe que a mulher que deseje realizar um aborto legal decorrente de estupro, comprove a violência por meio de comunicação à polícia e exame de corpo de delito. Tal coerção constitui uma violência de Estado que fere o princípio de autonomia da vida das mulheres. Em resistência, feministas saíram às ruas entre 2015 e 2016 em atos anti Cunha e contra tal projeto de lei. Essas ações constituíram a chamada Primavera Feminista.

<sup>27</sup> SOUZA, Estelizabeth Bezerra de. *Entrevista 2*. [08 dez. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (01h 03min.).

<sup>28</sup> Fundação privada fundada em 1970 em Chicago, que faz doações e destina investimentos para apoiar organizações sem fins lucrativos em aproximadamente 50 países ao redor do mundo.

<sup>29</sup> A Fundação Ford é uma entidade sediada na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. Segundo seus instituidores, foi criada em 1936 para financiar programas de promoção da democracia e redução da pobreza.

<sup>30</sup> *International Women's Health Coalition* (Coalizão Internacional de Saúde das Mulheres), fundação internacional de apoio às mulheres. A organização reconhece que as mulheres, os direitos humanos das jovens, a saúde e a igualdade são elementos essenciais de justiça social, ambiental e econômica para todos. Atualmente conta com atividades em 54 países.

<sup>31</sup> SOARES, Gilberta Santos. *Entrevista 2*. [22 dez. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 2 arquivos. mp3 (01h 22min.).

Essa campanha durou muito tempo, acho que de três a quatro anos aqui na Cunhã. E era massa demais porque cada ano era um sucesso. E a campanha não era só os *spots*, a veiculação nos ônibus, que isso aí era o “tchan”, mas era fazendo um trabalho de discussão política e pedagógica com esses públicos. Tinha pesquisa de opinião, discussão, questão do aborto, aí fazíamos um debate com gestores, debates nas escolas... Fizemos vários *pit stop*, que era uma parada rápida que fazíamos com adolescentes e jovens nas escolas, fazia debate sobre prevenção da AIDS, levava material para divulgar com as mulheres. Fazíamos formação e com gestores e profissionais da educação a gente fazia até formação mesmo e seminários políticos que reunia tanto as mulheres do movimento de mulheres, para discutir políticas públicas, e articulava com conferências, que estava no *boom* das conferências, com as reivindicações anteriores – como casas-abrigo, centros de referência, delegacias, programa de aborto legal, que em 98 a gente impulsionou esse programa a partir de um grupo chamado Coletivo de Saúde, que era um grupo de mulheres que impulsionava essa discussão na cidade. Não era nem Rede nem Fórum, era um grupo que impulsionou e acho que a Cunhã foi quem puxou mais. E tinha alguns grupos que levavam esse debate para os gestores e solicitava o aborto legal (informação verbal)<sup>32</sup>.

Dessas ações, as feiras de saúde foram responsáveis por levar discussões às comunidades dos bairros de Mangabeira, Grotão, Costa e Silva, Jardim Veneza e Mandacaru em João Pessoa, e também nas cidades de Bayeux e Santa Rita, localizadas na região metropolitana da capital. Discussões essas que muitas vezes não estão presentes nos ensinamentos de casa e até de escolas por representarem um “tabu”: gravidez, parto, sexualidade. Além dessas atividades, apresentações culturais (musicais e teatrais), comercialização de produtos artesanais feitos por mulheres, diálogos sobre medicina e alimentação alternativas constituíam carros-chefes que faziam dessas feiras e atividades verdadeiros acontecimentos, que irromperam possibilitando deslocamentos (RAGO, 2013).

Realizando formações, cavando espaços através da comunicação, apresentando dados qualificados e resultantes de pesquisas, firmando mobilizações e ações estratégicas, a Campanha *Ninguém Engravida Sozinho* organizou-se em quatro ondas, indo do fim do ano de 1996 a 2003, alcançando resultados também de longo prazo e associando-se a outras campanhas como a Campanha 28 de Setembro de luta pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe, promovida pelas Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, cuja secretaria executiva e ponto focal da campanha fixou-se na Cunhã em 2004.

As Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro, “articulação nacional criada em 2004 por organizações feministas e do movimento de mulheres em diálogo com parceiros de diversos campos” (JORNADAS BRASILEIRAS PELO ABORTO LEGAL E SEGURO, s/d), teve como objetivo promover o debate público sobre o direito ao aborto, reivindicar a mudança da lei que o criminaliza e impedir retrocessos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Pela atuação da Cunhã em tal seara e pela competência na organização do VIII Encontro Nacional Feminista, Gilberta Soares (informação verbal)<sup>33</sup> rememora que fora então convidada a integrar a Rede Nacional Feminista de Saúde como secretária executiva, revelando o reconhecimento da instituição, visibilidade e articulação frente ao movimento de âmbito nacional.

Nesse ínterim, a Cunhã sistematizou resultados de pesquisas e compilou um dossiê sobre o aborto inseguro na Paraíba, dentro de um conjunto de estratégias articuladas através das Jornadas, que contou com documentos que elucidaram a realidade do aborto inseguro em outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso do Sul. Reunindo pesquisas dos anos de 1997, 2003, 2008 e 2009 realizadas pela Cunhã, o dossiê pretendeu “visibilizar a situação de abortamento inseguro no estado da Paraíba e no país, denunciando, assim, as violações de direitos humanos das mulheres, como a precariedade no acesso e má qualidade da atenção à

<sup>32</sup> BARBOSA, Luciana Cândido. *Entrevista 1*. [17 nov. 2016]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (01h 03min.).

<sup>33</sup> SOARES, Gilberta Santos. *Entrevista 2*. [22 dez. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Campina Grande-PB, 2015. 2 arquivos. mp3 (01h 22min.).

saúde sexual e reprodutiva” (SOARES et al 2010, p. 03).

Em parceria com a Rede Feminista de Saúde, a Cunhã Coletivo Feminista integrou o comitê de monitoramento dos casos de óbitos de mulheres no estado. Além do polo de João Pessoa, Campina Grande e Monteiro também receberam visitas de técnicas dessas organizações no intuito de cobrar agilidade nas investigações de mortes maternas. Tomada como pauta prioritária da RFS/PB, o enfrentamento à morte materna contou com sensibilização e capacitação dos profissionais da rede de atenção, pesquisas nos serviços de saúde, campanha de mídia e incidência em espaços de controle social no estado. Nela também se pautaram duas edições da Revista Toques de Saúde<sup>34</sup> (números 06 e 08) e um livro com a sistematização dessas ações.

### O encontro nacional feminista de 2000 e suas reverberações

Espaços de trocas e diálogos, os encontros nacionais feministas emergiram conexos ao movimento no pós-década de 1970 no Brasil. O último, realizado em João Pessoa-PB, foi organizado pela Cunhã Coletivo Feminista e outras representações feministas da cidade. Evoca-se a dimensão ousada de tal propositura: “éramos cheias de energia, muito jovens e muito atrevidas”, disse Estela Bezerra (informação verbal)<sup>35</sup>. Tendo como tema os 500 anos do descobrimento (dominação), o eixo principal de discussões foi as mulheres e a construção da identidade do país, temática que se fazia sentir nas mesas-redondas e atividades culturais desenvolvidas. Realizado em abril de 2000 no Hotel Tambaú, o XIII Encontro Nacional Feminista apontou também divergências através do questionamento da legitimidade da comissão, crítica feita pelas mulheres negras. Além disso, vieram à tona questões caras ao feminismo de ontem e de hoje, que é a participação ou não dos homens dentro do movimento.

Os encontros feministas eram espaços de subjetivação, de elaboração de subjetividades que escapam ao controle biopolítico, à gestão calculada da vida. Indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, a biopolítica garantiu dominação e a centralidade no corpo-espécie nos processos biológicos, cuja função era o investimento no corpo vivo, em sua valorização e gestão. Um poder de causar a morte ou deixar viver – o poder soberano – fora substituído pelo poder de causar a vida ou devolver a morte (FOUCAULT, 2014). Esses encontros permitiram, portanto, a vibração de individualidades, de distanciamento de modelos ditados para o que se entendia como ser mulher, mãe, filha, esposa, etc. Como disse Guattari e Rolnik (1996), a sociedade capitalística pressupõe o controle e a exímia necessidade de referenciação. Nesse meio, contudo, a vida escapa e “traz imensas possibilidades de desvio e reapropriação” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 45).

Contando com mais de 800 mulheres, das mesas-redondas participaram feministas históricas como Ângela Arruda, Lourdes Bandeira, e cujos textos saíram em anais. Das atrações culturais, priorizaram-se mulheres e as raízes culturais locais: Lia de Itamaracá<sup>36</sup>, Soledade e Minervina<sup>37</sup>... Que também se apresentaram para a rádio interna que foi montada com apoio da Rede de Mulheres Comunicadoras Comunitárias da Paraíba<sup>38</sup>. Soraia Jordão assim pondera: “o

<sup>34</sup> Revista anual que foi editada pela Cunhã Coletivo Feminista com apoio do IWHC.

<sup>35</sup> SOUZA, Estelizabeth Bezerra de. *Entrevista 2*. [08 dez. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (01h 03min.).

<sup>36</sup> Maria Madalena Correia do Nascimento, conhecida como Lia de Itamaracá, é uma dançarina, compositora e cantora de ciranda. Patrimônio vivo do Pernambuco e doutora honoris causa pela UFPE, é considerada a mais famosa cirandeira do Brasil. Trabalha como merendeira numa escola pública da rede estadual de ensino e, nas horas vagas, dedica-se à música e à ciranda, além de cantar e compor cocos de roda e maracatus. Mesmo obtendo um sucesso tardio, fez turnês internacionais obtendo muitos elogios. O jornal *The New York Times* a chamou de “diva da música negra”. Cf. [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=317](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=317). Acesso em: 31 mai. 2016.

<sup>37</sup> Dupla de repentistas paraibanas. Como poucas que enveredam pelos caminhos do repente, Maria Soledade Leite é ativista do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo e do movimento feminista. Minervina Ferreira (ou Minerva como é mais conhecida) além de repentista, é professora primária e trabalha na saúde pública em Cuité-PB, onde mora desde que nasceu.

<sup>38</sup> Criada em 1999 por mulheres que atuavam no movimento pela democratização da comunicação e por radialistas

encontro deu uma mexida na Cunhã muito grande, foi um *boom* tanto positivo quanto de desafios” (informação verbal)<sup>39</sup>. Momento enriquecedor que colaborou para a visibilização da Cunhã Coletivo Feminista no cenário nacional, a realização do XIII Encontro Nacional Feminista marcou também a comemoração dos 10 anos da instituição.

“Espaços públicos alternativos, nos quais as mulheres reinventam o jogo político da interação democrática e manufaturam teias de sociabilidade e identidades negociadas, constroem as novas agendas políticas e culturais e as disponibilizam para o mundo” (FERREIRA; BONAN, 2004, p. 76), os encontros nacionais feministas configuraram-se como *lócus* de evocação de memórias e afetos potentes. Espaços de sociabilidade e de trocas políticas no feminino, refizeram identidades e marcaram a trajetória do movimento. Ana Adelaide Peixoto, uma das sócio-fundadoras da Cunhã, comenta acerca das tensões que emergiram durante o evento:

A polêmica maior ficou por conta do ‘homem não entra’, limite acordado pelas instâncias do encontro, por acreditar que esse momento era exclusivo das mulheres. Concordo que à primeira vista, a não entrada dos homens parece preconceito, gueto, seita. Mas as razões do veto têm mais a ver com intimidade do que com machismo às avessas, como fizeram crer alguns jornalistas (PEIXOTO, 2000 apud FERREIRA; BONAN, 2004, p. 103).

Como consequência disso, veem-se as pautas da transexualidade e da desnaturalização da categoria mulher intensificadas, ocasionando tensões no movimento há exatos 20 anos. Marcas da pluralidade de ideias, origens e configurações que refletem a existência de diferentes experiências e identidades. “Cada segmento do movimento de mulheres pode ser analisado como um movimento social em si mesmo, com sua própria dinâmica e modos de expressão. Esses segmentos se cruzam, se interrelacionam, e, às vezes, conflitam” (SOARES et al, 1995 apud COSTA; SARDENBERG, 2012, p. 04). Daí a necessidade de se pensar o feminismo no plural, do feminismo partindo do Estado, das ONGs, da Academia, das articulações e redes em conexão direta com outros movimentos e pautas.

Na aurora dos anos 2000, a Cunhã também realizou uma pesquisa visando mapear as organizações de mulheres do estado da Paraíba e que resultou na publicação da cartilha *Grupos de Mulheres na Paraíba: retalhos de uma história*. Induzidas pelas poucas e dispersas informações sobre as organizações de mulheres no estado, realizou-se um estudo exploratório junto a 40 organizações, objetivando contribuir no fortalecimento e atuação conjunta entre tais grupos. Com duração de dois anos, a pesquisa visava, em um primeiro momento, realizar um levantamento com o objetivo de articular mulheres para a participação no encontro feminista de 2000. Com a preparação do evento, a pesquisa foi pausada, sendo retomada posteriormente com os novos ares propiciados pelo encontro.

Sob esse pano de fundo, emergiu em maio de 2001 a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, nascida da “necessidade de criar um novo espaço para articulação política estadual, fortalecendo o diálogo, a troca de experiências e ação coletiva no enfrentamento dos problemas compartilhados” (REDE DE MULHERES EM ARTICULAÇÃO DA PARAÍBA, s/d). A Rede surgiu no I Encontro Paraibano de Mulheres, realizado em João Pessoa, tendo como foco “o fortalecimento do movimento de mulheres da Paraíba, desenvolvendo ações na defesa e promoção dos direitos das mulheres, buscando a liberdade, a autonomia, a autodeterminação sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, a igualdade de gênero, de classe social, étnica e racial” (REDE DE MULHERES EM ARTICULAÇÃO DA PARAÍBA, s/d). É de 2001 também a criação da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba, que busca a equidade de gênero em uma perspectiva étnico-racial, o que evidencia a multiplicidade de feminismos pungentes que foram se construindo

---

comunitárias, a rede é formada por jornalistas e radialistas com atuação no movimento popular e por lideranças comunitárias com interesse nas discussões de gênero e rádio.

<sup>39</sup> ALMEIDA, Soraia Jordão. *Entrevista 2*. [22 mai. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 3 arquivos. mp3 (1h 44min.).

de forma sistemática na virada de um novo século.

Integrando a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, além da Rede Feminista de Saúde, a Cunhã se articulou nos anos 2000 intensificando o trabalho na área dos direitos sexuais e reprodutivos e de saúde das mulheres, e também interiorizando o feminismo e pulverizando formações. Tendo organizado o XIII Encontro Nacional Feminista, adquiriu ampla projeção nacional, passando a ser ponto focal de importantes campanhas que afixaram o protagonismo da instituição no que tange à defesa dos direitos das mulheres no estado da Paraíba e para além.

### **Não um ponto, mas reticências**

Os feminismos, com seus desdobramentos, imprimiram novas interfaces do indivíduo consigo próprio, possibilitando condições para o que Guattari e Rolnik (1996) chamaram de revolução molecular, promotora de devires singulares, de modos autênticos de vida que se chocam contra a planificação capitalística. Os feminismos, para os autores, estariam imersos na engrenagem do devir feminino que diz respeito a todas as instâncias do social. Instigando a circulação de ideias e a promoção de reflexões, a Cunhã Coletivo Feminista realizou inúmeras ações, projetos, feiras, oficinas e intervenções, fazendo de si um lugar promotor de microrresistências e questionamentos e representou a confluência de lutas feministas organizadas na Paraíba desde a década de 1970. Como reverberação de grupos anteriores, pulverizados em João Pessoa, Campina Grande e no Sertão, aliou-se às lutas de mulheres trabalhadoras rurais e setores populares na luta por direitos, tendo colaborado na formação dos movimentos sociais em processo de estruturação no estado. Para além do trabalho com mulheres, trouxe a perspectiva de gênero para movimentos mistos, como o de luta pelos direitos de crianças e adolescentes.

Tendo sediado importantes organizações movimentalistas nacionais como a Rede Feminista de Saúde (e depois a AMB), a Cunhã firmou uma atuação no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, da educação popular feminista e da incidência política. Tendo assessorado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo, construído o Encontro Nacional Feminista de 2000, promovido a Campanha Ninguém Engravidando Sozinho e influenciado a construção da Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba e grupos importantes como a Bamidelê, adquiriu maturidade e respeito frente ao cenário nacional e local. Qualificada a partir da formação constante de suas integrantes, da realização de pesquisas e diagnósticos, projetou-se nos anos 2000 quando continuou um trabalho com educadores/as populares e adolescentes, tornou-se ponto focal da Campanha 28 de Setembro de luta pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe e iniciou um trabalho no cariri paraibano, inicialmente como referencial de gênero do Projeto Dom Helder Camara (MDA/FIDA)<sup>40</sup>.

Uma história atravessada por histórias... femininas, feministas. Do encontro de afetos e o desejo de mudança, o escape de capturas e a promoção de verdadeiras revoluções que chegam até nós hoje em um momento desafiador para a continuidade de muitas organizações e de direitos conquistados. Mas, agora diante de tantos monstros, muitos “Bozos” e poucos gozos, vampiros do conservadorismo, o que esperar? Que diálogos e conexões travar? Que estratégias tecer? Com otimismo, esperamos por dias melhores, mas não deixemos de olhar para a história, para sementes plantadas nas décadas de 1970 e 1980, que floresceram, deram frutos e que não vamos deixar morrer. Um ponto necessário é não deixar à deriva suas histórias, suas memórias. A gente se agarra no barco e segue buscando novos portos, novos destinos, novos devires.

---

<sup>40</sup> O Projeto Articulação e Diálogo Sobre Políticas Para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Camara, é uma decorrência de Acordos de Empréstimos firmados entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA. Foi inicialmente executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <http://portalsemar.org.br/fida/projeto-dom-helder-camara/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

## Fontes

### Entrevistas

ALMEIDA, Soraia Jordão. *Entrevista 2*. [22 mai. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 3 arquivos. mp3 (1h 44min.).

BARBOSA, Luciana Cândido. *Entrevista 1*. [17 nov. 2016]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (01h 03min.).

SOARES, Gilberta Santos. *Entrevista 1*. [22 nov. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 2 arquivos. mp3 (01 h 12 min.).

SOARES, Gilberta Santos. *Entrevista 2*. [22 dez. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Campina Grande-PB, 2015. 2 arquivos. mp3 (01h 22min.).

SOUZA, Estelizabel Bezerra de. *Entrevista 1*. [17 out. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (56min.).

SOUZA, Estelizabel Bezerra de. *Entrevista 2*. [08 dez. 2015]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. João Pessoa-PB, 2015. 1 arquivo. mp3 (01h 03min.).

### Documentos

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. *Projeto de Implantação da Área de Metodologia*. João Pessoa, 1991a.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. *Projeto de Metodologia*. João Pessoa, 1991b.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. *Projeto Núcleo de Metodologia*. João Pessoa, 1991c.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. *Resultado de Atividades: protagonismo juvenil – saúde, gênero e cidadania*. João Pessoa, 2002a.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. *Resultado de Atividades: protagonismo juvenil – saúde, gênero e cidadania*. João Pessoa, 2002b.

### Fôlderes

JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO. *Direito ao aborto*. 04 p. Fôlder elaborado para sensibilização pelas Jornadas pelo Direito ao aborto legal e seguro. s/d.

REDE DE MULHERES EM ARTICULAÇÃO DA PARAÍBA. *Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba*. 03p. Fôlder elaborado para divulgar informações sobre a rede. s/d.

### Instituição de Pesquisa

Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista

## Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: BELLINI, Ligia; NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Everton Sales (Org.). *Tecendo Histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-26.

ARAÚJO, Maria Suedes. *Cunhã: 17 anos de vida e feminismo na Paraíba*. Cunha: João Pessoa,

2007.

BARBOSA, Luciana Cândido. O encontro da Cunhã com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. In: SOARES, Gilberta Santos [et al] (Orgs.). *Mulher, moradia e saúde: reflexões feministas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 17-30.

CAMURÇA, Sílvia. 'Nós mulheres' e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife, n. 0, v. 01, p. 12-25, 2007.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. *Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. Feminismos no Brasil: anunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. *Labrys*, Brasília/ Montreal/ Paris, n. 20, 2012.

COSTA, Ana Alice Costa. Feminismo e Estado no Brasil: um feliz casamento? Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8, 2008, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. *Anais...* Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Ana\\_Alice\\_Alcantara\\_Costa\\_62.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Ana_Alice_Alcantara_Costa_62.pdf). Acesso em: 09 mar. 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Edições 34, 1997. (v. 05). p. 07-96.

FERREIRA, Claudia; BONAN, Claudia. *Mulheres e movimentos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 120-160.

FREITAS, Sônia de. *História Oral: Possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GROS, Frédéric. A parresia em Foucault (1982-1984). In: ARTIÈRES, Philippe [et al] (Orgs.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 155-167.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOPEZ, Felix; BARONE, Leonardo. *As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)*: IPEA, 2013.

MAGALHÃES, Cândida Moreira; OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. Paraíba: para onde o feminismo leva as mulheres? *Cadernos Feministas de Economia e Política*, Recife, n. 03, p. 53-79, 2006.

MCLAREN, Margaret A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz P. da. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 42, p. 341-370, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 52, n. 26, p. 249-272, 2006.

RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. Escritas de si, parresia e feminismos. In: BRANCO, Guilherme Castelo;

- VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 251-267.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, Natal, n. 05, p. 17-44, 2010.
- ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. *Estudos de Sociologia*, Araraquara-SP, v. 20, n. 39, 2 p. 309-324, 2015.
- ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias*: “não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: SILVA, Carmen Silvia Maria da (Org.). *Experiências em pedagogia feminista*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 09-27.
- SOARES, Gilberta Santos [et al]. *Dossiê sobre a realidade do aborto inseguro na Paraíba: o impacto da ilegalidade do abortamento na saúde das mulheres e nos serviços de saúde de João Pessoa e Campina Grande*. Recife: Curumim, 2010.
- SOARES, Gilberta Santos. Um breve olhar sobre os Programas de Atenção à Violência Sexual: a experiência da Paraíba. *Jornal da Rede Saúde*. n. 22, p. 25-28, nov. 2000.
- SOBREIRA, Dayane Nascimento. A Cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). 2017. *Dissertação* (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- SOBREIRA, Dayane Nascimento. Das muitas margaridas: a construção de um feminismo rural no estado da Paraíba, Brasil. *Mediapolis*, Coimbra, v. 07, p. 47-60, 2018.
- SOCZEK, Daniel. *ONGs e Democracia: metamorfoses de um paradigma em construção*. Curitiba: Juruá, 2007.
- SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 13, v. 3, p. 591-612, 2005.
- SOUZA, Estelizabeth Bezerra de [et. al]. *Grupos de Mulheres da Paraíba: Retalhos de uma história*. João Pessoa: Textoarte Editora, 2001.
- SWAIN, Tânia Navarro. A história é sexuada. In: RAGO, Luzia Margareth; MURGEL, Ana Carolina A. de Toledo (Orgs.). *Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 51-60.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História*. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

## Notas de autoria

Dayane Nascimento Sobreira é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da UFBA. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Mestre em História (tendo contado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2014), tendo sido pesquisadora PIBIC/CNPq e bolsista PIBID/CAPES. Entre 2017 e 2018 foi professora substituta no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFSB, campus Porto Seguro. E-mail: dayanesobreira26@gmail.com.

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Histórias (d)e resistências feministas na Paraíba: a ONG Cunhã Coletivo Feminista em perspectiva. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 42, p. 171-190, 2020.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

### Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### Histórico

Recebido em 21/04/2020.

Modificações solicitadas em 26/05/2020.

Aprovado em 05/06/2020.